



ERASMO FERNANDO DO COUTO

**A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO MUNICIPAL SOBRE AS
FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, SOB A
ÓTICA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2020**

**LAVRAS - MG
2021**

ERASMO FERNANDO DO COUTO

**A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO MUNICIPAL SOBRE AS FUNÇÕES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, SOB A ÓTICA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2020**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Prof. Me. Nilmar Diogo dos Reis
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

ERASMO FERNANDO DO COUTO

A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO MUNICIPAL SOBRE AS FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, SOB A ÓTICA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2020

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 27 de novembro de 2021.

NILMAR DIOGO DOS REIS:01297204611

Assinado de forma digital por NILMAR DIOGO DOS REIS:01297204611
Dados: 2021.11.30 22:33:49 -03'00'

Me. _____

LAURI LUIS RAUBER:02353404138

Assinado de forma digital por LAURI LUIS RAUBER:02353404138
Dados: 2021.11.30 23:46:55 -03'00'

Me. _____

Prof. Me. Nilmar Diogo dos Reis
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai Filho e Espírito Santo, meu Senhor e Rei, para Ele toda a honra, glória e louvor.

À Virgem Maria que passou na frente a todo momento durante a execução desse trabalho.

À minha esposa e filhas que me sustentaram, com muita empatia e paciência na caminhada desse curso.

À meu pai e minha mãe que sempre insistiram, e não mediram esforços para que eu estudasse.

À meu irmão que me indicou esse curso e o fez comigo, aos colegas que caminharam comigo nesses anos, aos funcionários do Polo UAB de Santa Rita de Caldas.

À Universidade Federal de Lavras pela oportunidade e pelo cuidado extremo na busca pela educação de qualidade.

Aos professores da UFLA especialmente aos do DAE.

Ao Professor Nilmar, meu orientador nesse trabalho e aos vereadores da cidade de Itajubá da legislatura 2021 / 2024.

*Ao meu grande amigo Paulo Cesar Siqueira,
um político que me inspira a fazer política.*

Dedico.

RESUMO

Este trabalho presta-se a mostrar que o eleitor se envolve mais com a política do executivo, os munícipes não se lembram do vereador, poder político mais próximo. No município se veem as consequências de ações políticas. O desconhecimento das funções do legislativo municipal torna a situação preocupante. Esse trabalho objetiva apresentar caminhos para iniciar o cidadão no funcionamento do legislativo municipal, aproximando os vereadores da população pela educação política, trazendo-a à participação política municipal. Urge dar-se importância à educação para a democracia, preocupa o baixo índice de letramento político, não há interesse em envolver-se na política do poder legislativo que fiscaliza o executivo na utilização dos recursos. Nos pequenos municípios, não se compreende o poder das câmaras municipais. Somente a educação para a política será capaz de trazer o munícipe para o campo político, cabe ao vereador ser um facilitador desse processo. Levou-se a cabo uma pesquisa qualitativa, no município de Itajubá – MG, questionou-se dos vereadores eleitos em 2020 sobre sua percepção a respeito do conhecimento que os munícipes detêm, sobre a Câmara Municipal. Ficou evidente que há um longo caminho a ser percorrido, a confusão com as funções do executivo é latente e parte até mesmo dos vereadores, destes nem todos conhecem ações de educação política em curso, apesar de relatarem que a população desconhece as funções. Conclui-se que a câmara municipal de Itajubá deve assumir protagonismo na educação política e apontamos a necessidade de pesquisas que meçam essas ações no futuro.

Palavras-chave: Vereador; Legislativo; Município; Câmara; Itajubá; Eleitor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Faixa etária dos vereadores.	18
Gráfico 2 – Número de mandatos.....	18

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Contextualização do Problema	7
1.2	Objetivo e Local	8
1.3	Justificativa.....	9
1.4	Estrutura.....	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
3	METODOLOGIA	14
4	RESULTADOS	15
5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E SUGESTÕES FUTURAS	233
6	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS	25
	APÊNDICE A	27

1. INTRODUÇÃO

Na elaboração desse trabalho desejou-se mostrar o quão distante as pessoas estão do poder político mais próximo delas, ficou estranho né, explica-se. É comum se ver indivíduos do nosso convívio comentando ou reclamando sobre a atuação do presidente da república, dos deputados e senadores ou governadores, ou até mesmo tecerem supostas receitas de sucesso que o presidente deveria seguir, ou como o governador deveria agir, no entanto, muitas dessas pessoas sequer lembram em quais deputados federais, estaduais e senadores em quem elas votaram, e não é muito diferente voltando-se bem para perto, quem é o vereador que “elegi” e qual a função dele na estrutura da administração pública municipal, é um questionamento que a maioria dos municípios não sabe responder.

1.1. Contextualização do Problema

O eleitor brasileiro tende a se envolver, superficialmente, com a política no macroambiente e com foco no executivo, muitos brasileiros não lembram em quem ou em que legenda votaram para o cargo de vereador, este é o poder político mais próximo das pessoas, é no município que a vida acontece, é no município que se veem as consequências de ações políticas boas ou más. E o que torna a situação preocupante, é o fato de que há um desconhecimento, por parte dos eleitores, das funções do legislativo municipal.

Possível é crer firmemente na superação dessa distância, levando os municípios a cultivar uma participação ativa junto aos trabalhos da Câmara Municipal, reforçam essa ideia Dantas e Silva:

Já pensou em acompanhar o trabalho do Legislativo de sua cidade e construir um canal direto de informações que leve aos demais um pouco do que os vereadores de fato estão fazendo para legislar e fiscalizar? Pois isso não representa qualquer novidade, apesar de ser urgente pensarmos numa forma de se espalhar tal atitude com mais força pelos milhares de municípios brasileiros. (DANTAS; SILVA, 2018, p.147)

Houve a tentativa de se compreender “aqui no quintal de casa”, como é a relação do eleitor com o político local, e qual a compreensão que o eleitor tem do que cobrar e ou esperar do vereador que elegeu, para tanto parte-se da questão: Qual a percepção do eleitorado municipal sobre as funções da câmara municipal de Itajubá, sob a ótica dos vereadores eleitos em 2020? É a partida porque não se pretende e não seria possível esgotar o tema.

Os estudos relacionados à política mencionam ser importante a Democracia participativa coexistindo com a Democracia representativa (SANTOS; AVRITZER, 2002; PEDRA, 2007) mas a realidade é bem diferente, isso pode ser facilmente confrontado

acompanhando as reuniões de plenário das Casas Legislativas municipais, geralmente, há baixa participação popular (LIMA; EMEDIATO, 2014). A Constituição garante três formas para essa participação popular da denominada Democracia Semidireta: o plebiscito, o referendo e iniciativa popular. No entanto, por mais que o cidadão reclame, a efetiva participação é mínima, e tanto menor é a participação quanto menor e menos populoso for o município. (VOGEL, 2006; LIMA; EMEDIATO, 2014).

1.2. Objetivo e Local

Um dos objetivos desse trabalho, é buscar caminhos para tornar mais fácil de o cidadão comum entender como funciona o complexo sistema do legislativo municipal, para tanto foi necessário percorrer os corredores da Câmara Municipal, a fim de, junto aos vereadores, tornar inteligível, ou pelo menos iniciar um trabalho de esclarecimento sobre como é o dia a dia da Câmara Municipal de Itajubá, qual a sua função junto ao executivo municipal, com esse foco, se busca verificar o conhecimento dos eleitores a partir da visão dos vereadores, estes que têm contato com os munícipes e ouvem suas demandas e questionamentos, muitas vezes, misturando na solicitação, o papel do legislativo ao papel do executivo.

Outro objetivo, à médio prazo, é aproximar as ações dos legisladores municipais das necessidades da população, iniciando um trabalho de educação política com o cidadão, pois este, muitas vezes não sabe como agir e a quem recorrer para ter reivindicações atendidas, por vezes não tem plena ciência de seus deveres e direitos.

Por fim, um objetivo para ser alcançado em longo prazo seria, trazer a população à participação política municipal, de forma organizada, dando informações precisas e de fácil compreensão, despertando assim, nos munícipes, o desejo de se fazer política ao invés de “politicagem”.

O local escolhido para levar a cabo este trabalho de pesquisa foi o município de Itajubá, que fica situado na microrregião do Sul de Minas distante 450km da capital Belo Horizonte. Segundo o IBGE o município tem uma área territorial de 294,835km² com uma população estimada em 97.782 habitantes para 2021. Itajubá possuía um IDH de 0,787 no censo de 2010 o que o coloca na classificação 85^a dentre os municípios brasileiros, o PIB per capita era de R\$ 31.052,96 em 2018.

1.3. Justificativa

Diante do exposto faz-se necessário que cada vez mais a população tenha conhecimento do papel do poder legislativo local, a isso é que se propõe esse trabalho. Porém, como pode ser verificado na afirmação de Amilcar Couto (2007), fazer com que a população participe depende de três pormenores dos municípios: desejo, acesso e conhecimento.

A vontade de tomar parte é fundamental, mas faz-se necessário acessos adequados, medidos com justa lisura e transparência, junto a um trabalho de desenvolvimento das capacidades de entendimento dos cidadãos, para que esses tornem-se atores políticos. Essa estrutura de informação e educação permitirá ao cidadão comum “adentrar na seara política, a qual exige de seus participantes, pelo menos, o interesse em aprender as regras do jogo” (COUTO, 2007, p. 46).

Em um município de até 100 mil habitantes, como é o caso de Itajubá e realidade da maioria dos municípios brasileiros, é perfeitamente possível o eleitor cobrar diretamente a atuação dos vereadores que foram eleitos, de uma maneira muito mais próxima que a relação da população com um gabinete ou uma plataforma web. É possível ter o número do celular do vereador, ou até mesmo saber onde ele mora, porém, de nada adianta essa proximidade se não soubermos o que pode e deve ser cobrado do vereador.

Para referendar este último parágrafo têm-se a seguinte afirmação em Dantas e Silva (2018, p.12) “acreditamos fortemente na ideia de que a política que desejamos fazer passa pelo envolvimento, participação e responsabilização plural dos cidadãos.”

1.4. Estrutura

Este trabalho está montado da seguinte maneira, além da introdução onde foi apresentado o tema e a explanação do problema, bem como foi elucidado o objetivo para a pesquisa com sua justificativa, será apresentado a seguir o referencial teórico que se propõe a iniciar uma discussão sobre um tema tão vasto, adiante mostraremos a metodologia que buscou realizar um recorte para que o assunto seja focal em um ponto possível de ser estudado, os resultados da pesquisa que estão na sequencia mostram que este trabalho é apenas uma seta que direcionará à pesquisas futuras como será demonstrado na conclusão, por fim seguem as referências caso algum leitor tenha interesse em se aprofundar no tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É fato o baixo índice de letramento político, da população em geral e, de forma preocupante, dos jovens, É urgente que se dê a devida importância à educação para a democracia. Não há interesse em envolver-se com a política, como se o remédio fosse deixar esse assunto para que outros resolvam, mas a verdade é que, quem não se interessa por política, acaba sendo governado e tendo a gestão de recursos provenientes dos impostos, gerenciado por aqueles que se interessam por política. Cosson já alertava em 2008 que, com base em estudos e análises quanto ao grau de interesse e de saberes sobre política “há muito que se preocupar com a manutenção da democracia tanto em países emergentes quanto naqueles de maior tradição democrática.” (COSSON, 2008, p. 190)

Diante do exposto, pode-se afirmar que, não vale a pena reclamar que não há motivação para se envolver com a política como um arranjo social, não há de se deixar deserta essa área social, há de se falar de educação política, pois, quem se cala a respeito da educação política, educação de qualidade com intenções de dar liberdade para o cidadão, não deve fazer exigências quanto aos rumos que a democracia vem tomando, não deveria também discutir sobre o envolvimento da sociedade civil com a política, cobrando por mais oportunidades e espaços para participação. (KERSTING, 2003).

Sem esse cuidado, com a educação para a política, o cidadão comum, o munícipe, vai continuar tratando de política considerando o que “eu acho”, misturando opinião política com algo que considera ser o fazer política, e assim continuará sua saga dando opiniões políticas sobre os problemas do município sem ser de fato um agente de transformação. (DANTAS; SILVA, 2018)

Diferente da superficialidade, Dantas e Silva relatam que “a política que apresentamos aqui é a arte de negociar e construir coletivamente decisões que impactam diretamente as nossas vidas.” (DANTAS; SILVA, 2018, p.13). E mesmo sabendo que a qualidade predominante de uma câmara é o pluralismo político, liberdade existente em uma democracia, no caso o Brasil, como podemos ler no inciso V do art.1º da Constituição (RIBEIRO, 2012) fica difícil, sem um suporte educacional adequado, para o cidadão comum, compreender o que se lê em Dantas e Silva. “as decisões políticas nem sempre serão consensuais e por vezes são o resultado de manobras muito bem articuladas no interior do parlamento” (DANTAS; SILVA, 2018, p.101). Fazer parte desse grupo de pessoas que se unem para um fim útil, e chamam de política, traz consigo uma série de exigências, qual seja, disposição e empenho em adquirir conhecimentos do campo político, para poder jogar bem esse jogo. (COUTO, 2007).

O munícipe médio, não compreende que o poder político mais próximo dele, o poder legislativo, é o coração da democracia, e que nele, os vereadores, eleitos por esses municípios, podem fazer valer a pluralidade de necessidades que o município tem, pois, na câmara dos vereadores, “minhas e nossas necessidades” podem ser levadas em conta na hora de verificarmos o que anda fazendo o executivo com o “nosso dinheiro”. Na Câmara municipal, os vereadores eleitos, deveriam ser a representação da diversidade, e mesmo assim, serem capazes de elaborar construções políticas (DANTAS; SILVA, 2018). Levar esse conhecimento aos municípios deveria ser papel crucial e preponderante nas ações dos vereadores.

Passando dos municípios para as casas legislativas municipais, afirma-se que nestas se materializam os votos daqueles, e estas deveriam também representar a proteção dos interesses daqueles, conforme lemos em Ribeiro (2012).

O Poder Legislativo é a expressão personificada do Estado Democrático Brasileiro. É, de fato, a consubstanciação do voto e da democracia representativa. E obviamente, o Poder Legislativo Municipal é a linha de frente da representação dos interesses da população em geral. (RIBEIRO, 2012, p. 7)

Há uma grande força nas mãos dos vereadores, não é por acaso que a Câmara Municipal é a sede do Poder Legislativo, à esta casa é dado o aval, pela constituição, para que se fiscalize um outro poder, o Executivo, este é que destina as verbas, mas são os vereadores que fiscalizam e dizem, ou pelo menos deveria dizer, o que está certo ou errado, conforme se lê na Constituição Federal, em seu artigo 31. “A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, p. 34). Essa responsabilidade é dada aos vereadores, pelos municípios, através do voto, cabe aos vereadores realmente comprometidos, orientar os municípios quanto à esse fato.

Há uma capacidade de transformação muito poderosa na Câmara municipal, a Constituição Federal determina que o legislativo municipal é quem cria a lei orgânica do município (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988), essas são as leis que regem parte da vida dos municípios, e é também a constituição federal que concedeu às Casas Legislativas autonomia e competência para elaboração dos seus Regimentos Internos, que para Pacheco (2013) “são normas especificamente destinadas a regular, em minúcias, o funcionamento de cada uma delas, aí incluídos os procedimentos aplicáveis ao processo de feitura das leis”. São os próprios vereadores que criam as regras da casa que representam, o legislativo cria as regras do legislativo, conforme se lê no regimento interno da Câmara Municipal de Itajubá (2020).

Art. 2º Nos termos da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Itajubá integra o Governo deste Município com funções, principalmente, legislativas e de fiscalização financeira, sendo constituída por Vereadores eleitos na forma da legislação eleitoral

vigente. (REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 1)

Diante dessas questões, nos pequenos municípios brasileiros, não se é compreendido a fundo todo esse poder e responsabilidade das câmaras municipais, por vezes se focam apenas em um ponto, quem tem a maioria e a minoria na câmara, e cria-se a noção de que essa queda de braço é a única coisa que deve ocorrer dentro do legislativo municipal, não há a compreensão do que diz Ribeiro, “O funcionamento do Poder Legislativo reproduz uma tensão que é inerente às sociedades democráticas.” (RIBEIRO, 2012, p. 11). É até saudável essa tensão, desde que respeitado o decoro, afinal, por menor que seja o município, haverá muitas variáveis, pontos de vista e interesses em jogo, e quanto maior for o município, mais pessoas precisarão concordar com uma decisão, e mais tensão haverá na câmara dos vereadores, e mais distante estará a compreensão dos munícipes que não participam da vida política. (DANTAS; SILVA, 2018).

Para Ribeiro, a casa legislativa é um espaço, em primeiro lugar, onde as pessoas se expressam oralmente (Ribeiro, 2012), no entanto, muitos vereadores consideram que isso é o seu trabalho, falar e falar do que fez e fará, falar das indicações, menções, e leis que fez, mas não é bem assim como nos explica o mesmo autor, o vereador tem a autoria do projeto de lei, mas a lei é do povo, vejamos.

Sob o ângulo da autoria da lei, cabe ressaltar que ela não pode ser confundida com a do projeto de lei. Vereadores ou prefeito são autores de projetos de lei, mas esta condição não estende a eles a autoria das leis aprovadas. Esta autoria é do povo, pois a lei é expressão da soberania popular. (RIBEIRO, 2012, p. 17)

Saltando-se para um ponto onde seja possível realizar o encontro do munícipe com o vereador, para que aquele desvincule em sua mente, a ideia de que este faz parte do executivo, sendo que, na verdade, há uma grande limitação para os vereadores, ao contrário do que a maior parte da população municipal acredita, os vereadores, conforme reforça Dantas “não podem INICIAR, ou seja, apresentar projetos sob suas autorias que impliquem algum tipo de custo para a Administração Pública, ou seja, para o Executivo.” (DANTAS; SILVA, 2018, p.107). Se pode aqui responsabilizar os vereadores quanto a comunicar à população que nas casas legislativas, ainda segundo Dantas e Silva, faz-se política sendo esta, uma ferramenta de construção, não de imposição, as decisões são coletivas e atingem de forma plural os objetivos (DANTAS; SILVA, 2018).

Tem-se na constituição federal, a garantia, ou a possibilidade da participação direta na democracia, além de eleger os representantes nas eleições, tem-se o plebiscito e o referendo, que são convocados para que a população opina sobre assuntos relevantes, além desses, há uma ferramenta poderosa, mas pouco utilizada, a iniciativa popular que é um instrumento que

possibilita, à população, apresentar projetos de lei, mas apesar das constantes reclamações por parte dos munícipes, não há o conhecimento necessário, ou o desejo necessário para organizar a participação, especialmente em municípios pequenos como Itajubá. (VOGEL, 2006; LIMA; EMEDIATO, 2014).

Para fazer política, os munícipes precisam estar a par das negociações que ocorrem na Câmara Municipal, essas mediações envolvem interesses que seriam impossíveis de chegar à um consenso sem a política, o vereador deve ser o primeiro a esclarecer os munícipes sobre o seu trabalho, mostrar à eles que negociar é a matéria prima do trabalho dos vereadores, o legislador municipal deve esclarecer aos cidadãos que essas negociações ocorrem constantemente na Câmara Municipal, aqui está o vereador ideal, segundo Dantas e Silva “cumprir bem a função de legislar é aquele que dialoga com todos os outros que estão no Legislativo e, também, com os membros do Executivo, bem como é capaz de ouvir com sensibilidade aos desejos organizados da sociedade.” (DANTAS; SILVA, 2018, p.108)

É passada a hora de trazer os munícipes a envolverem-se efetivamente na democracia participativa, não basta apenas colaborar na democracia representativa (SANTOS; AVRITZER, 2002; PEDRA, 2007). Olhem para o interior das nossas casas legislativas municipais, haverá portas fechadas ou dificuldades para acesso sim, mas na maioria as portas estão abertas e as cadeiras para os cidadãos estão vazias, a população participa muito pouco, o engajamento é maior quando há interesses pessoais envolvidos. (LIMA; EMEDIATO, 2014).

Não basta apenas olhar tão somente para as necessidades pessoais, nem tão pouco desprezar as necessidades dos grandes grupos, nem dos pequenos, parece complicado, e é, isso é política sendo trabalhada dentro de uma casa legislativa como nos mostram Dantas e Silva (2018):

Queremos chamar a atenção para o seguinte: se a política é a arte de negociarmos interesses aparentemente inegociáveis, e a democracia é feita de uma pluralidade de leituras e visões de mundo, enquanto comunidade política nós precisamos garantir espaços para aquelas visões que destoam da maioria. Além disso, ao mesmo tempo, precisamos assegurar espaço para que a visão da maioria possa ser respeitada a fim de que as minorias não sufoquem os interesses majoritários. É um equilíbrio fino e delicado entre as preferências. E chegar a ele é muito importante e, ao mesmo tempo, desafiador. (DANTAS; SILVA, 2018, p.52)

Somente a educação para a política, pensada de maneira estratégica com continuidade e pensando em crescimento, será capaz de trazer o munícipe para o campo do interesse político, cabe ao vereador ser uma das portas de entrada do cidadão para a política, para o debate inteligente onde a disputa, minoria X maioria não seja uma troca de farpas ou de favores políticos, mas sim uma luta justa em que se respeite o princípio do contraditório e da ampla defesa. (RIBEIRO, 2012).

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada na coleta de dados para este trabalho foi escolhida buscando uma congruência com o objetivo de simplificar o processo de entendimento do cidadão comum a respeito da função da câmara de vereadores do município de Itajubá, ideal seria uma entrevista presencial, no entanto, a pandemia do COVID19 impossibilitou que se levasse a cabo essa empreitada, diante dessa barreira, foi lançado mão de um questionário eletrônico, disponibilizado via *Google Forms*, essa ferramenta foi selecionada pela praticidade e por permitir trabalhar com múltiplas plataformas com relativa facilidade.

De acordo com Barros e Lehfeld (2000):

Metodologia é como uma disciplina que se relaciona com a epistemologia. Consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando as suas limitações ou não em nível das implicações de suas utilizações. A metodologia em um nível aplicado examina e avalia as técnicas de pesquisa, bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem a captação e processamento de informações com vistas à resolução de problemas de investigação. Como se vê, metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos utilizados por uma técnica, ou disciplina, e sua teoria geral. O método pode ser considerado como uma visão abstrata da ação, e a metodologia, a visão concreta da operacionalização (BARROS E LEHFELD, 2000, p. 35).

A proposta deste trabalho é, a partir da ótica dos vereadores eleitos para a legislatura 2021 a 2024, buscar entender qual a percepção que os eleitores tem das funções da Câmara Municipal de Itajubá, para tanto escolhemos esse método de coleta qualitativa de dados, e em se tratando de política, vale também para esse trabalho, a afirmação de Dantas (2013, p. 22), “escolher também representa excluir. Isso significa que toda vez que optamos por um método, deixamos de lado os benefícios de outros tantos.” Para essa pesquisa entendeu-se que o foco seria a percepção do vereador, portanto abriu-se mão de uma pesquisa mais profunda.

Ciente de que a Lei Orgânica do Município de Itajubá diz em seu Artigo 39 (2020, p. 06), “Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município por suas opiniões, palavras e votos.” Elaboramos um questionário que buscou extrair dos entrevistados, os vereadores eleitos no pleito de 2020, informações a respeito do eleitorado do município de Itajubá.

É evidente que a problemática levantada para elaboração dessa pesquisa englobaria muitas variáveis, mas utilizaremos aqui a simplificação de indicadores, pois, para o que se propõe esse trabalho, as perdas serão pequenas no quesito informação para chegar-se a novos caminhos para novas pesquisas, pois, a proposta não é esgotar um assunto tão amplo. O trabalho será simples sem ser simplório, trabalharemos com uma quantidade pequena de dados

levantados nos questionamentos aos vereadores, nada maior que o que estiver descrito nas respostas às 14 questões descritas no APÊNDICE - A.

Buscando dinamizar a leitura do trabalho, cabe aqui uma breve explanação sobre as questões, visando apresentar o que foi investigado em cada pergunta, passaremos agora a utilizar a indicação da 1ª – Questão como Q1, 2ª – Questão como Q2 e assim sucessivamente para não cairmos em repetições desnecessárias, assim como não se expressará o nome dos vereadores(as), visto que, não há necessidade de expor os entrevistados, e sim tão somente suas opiniões. A fonte que fornece os dados para essa pesquisa é formada pelo grupo de vereadores eleitos em 2020, a ótica dos vereadores com relação aos eleitores é que será analisada.

No questionário, de Q1 até Q4 buscou-se traçar um perfil dos vereadores da Câmara Municipal de Itajubá. Em Q5 e Q6 buscou-se traçar um perfil eleitores, sob a ótica dos vereadores. Em Q7 foi investigado quais canais de comunicação existem entre o vereador e seus eleitores e ou demais eleitores. De Q8 à Q10 buscou-se investigar qual o conhecimento dos eleitores sobre as funções da Câmara Municipal de Itajubá, bem como se há confusão entre o papel do executivo com o do legislativo e ainda tentou-se traçar uma ligação entre escolaridade e nível de conhecimento sobre o assunto, tudo isso sob a ótica dos vereadores. Em Q11, Q12 e Q13 foi investigado o conhecimento que os vereadores têm sobre eventuais ações educacionais, voltadas à população, para orientar sobre as funções do legislativo municipal, bem como qual o impacto dessas ações e ainda se há sugestões para mais ações de difusão de conhecimento sobre o assunto. Por fim, em Q14 foi deixado um espaço, uma provocação na verdade, para que o entrevistado pudesse complementar com algo que considerasse importante com relação à proposta da pesquisa.

4. RESULTADOS

Antes de se passar para os resultados das pesquisas cabe aqui reforçar o que é óbvio, afinal, vive-se em tempos de tamanha desinformação que é necessário falar o óbvio (CHESTERTON, 2004). A Câmara é o órgão legislativo municipal, nela trabalham os vereadores, na formulação de leis municipais, na aprovação ou veto das ações que a prefeitura deseja implementar, e a sua função mais importante pode ser lida na constituição federal (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988), que diz em seu artigo 31 que é papel do poder legislativo municipal a fiscalização do município, no caso, a fiscalização das receitas e despesas do município.

Também a constituição federal (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988), determina,

em seu artigo 29, a quantidade de vereadores por município, de acordo com a quantidade de habitantes. Itajubá possuía, até a legislatura anterior, a quantidade máxima de vereadores para um município na faixa de 80 a 120 mil habitantes, 17 vereadores, no entanto, lê-se no artigo 17 da lei orgânica do município de Itajubá (2020, p. 02) com a emenda nº 49, de 2018 à Lei Orgânica, que o município passou a ter 11 vereadores a partir da legislatura 2021 a 2024.

Essa mudança na quantidade de vereadores impactou sobremaneira as eleições que determinaram os vereadores para a atual legislatura, mas isso não é assunto para esta pesquisa, estes dados estão aqui mencionados com caráter exclusivamente ilustrativo.

Se proceda então a análise dos dados. Vale principiar essa análise mencionando que dos 11 vereadores do município de Itajubá, 9 responderam ao questionário. Considera-se a não resposta por dois dos vereadores como um dado a ser analisado no presente trabalho. Não é esse o foco central da pesquisa, mas cabe uma análise para contextualizar a situação encontrada e, quem sabe, subsidiar pesquisas futuras.

Todos os vereadores eleitos em 2020 foram comunicados, entre fevereiro e março de 2021, a respeito da pesquisa que seria realizada por meio deste trabalho. No primeiro momento o contato foi pessoal e individual, com os vereadores onde houve a apresentação do pesquisador, bem como a motivação da pesquisa, e a informação de que adiante haveria um novo contato, ou novos contatos, para coleta de dados. Neste primeiro encontro foi estabelecido um canal de comunicação, o aplicativo de mensagens WhatsApp, por ser prático e por ser um canal direto com o vereador, ideal seria que os contatos fossem sempre presenciais, em especial o questionários que seria uma entrevista presencial, no entanto, a restrições impostas diante da pandemia do COVID19 foram determinantes para opção pelos meios digitais de comunicação.

Com relação aos 9 vereadores que responderam às mensagens, o fizeram de forma rápida e precisa, ou justificaram a demora em responder. Um vereador respondeu algumas vezes, porém, ao chegarmos na etapa do questionário via *Google Forms* não obtive mais resposta. Um vereador, respondeu às mensagens uma única vez no início das tratativas. A pesquisa seguiu com êxito nos envios das respostas de 9 vereadores, quanto aos 2 que não responderam, foram feitas as seguintes tentativas de envio do formulário e ou justificativa pela não resposta, no intervalo de 27/09/2021 à 12/11/2021:

- a) Via aplicativo de mensagens WhatsApp, sem resposta;
- b) Via email institucional individual, disponível no site da Câmara Municipal de Itajubá, sem resposta;
- c) Via telefone fixo do gabinete, disponível no site da Câmara Municipal de Itajubá, sem resposta;

- d) Via contato com assessores dos vereadores, ouve indicativo de repasse da informação, mas não ouve resposta;
- e) E por fim, de forma presencial no prédio sede da Câmara Municipal de Itajubá, onde não foi possível encontrar os 2 vereadores bem como seus assessores.

Diante do exposto, inicie-se a análise dos dados lembrando que os legisladores municipais, são pessoas comuns, que, por vezes, podem carregar em sua formação pessoal e política a ideia de um vereador clientelista, talvez não com intenções de favorecimento pessoal, na verdade, os vereadores eleitos são, em parte, a reprodução dos ideais dos eleitores, assim sendo, ao assumirem o cargo eletivo, eles buscam atender às expectativas culturais emanadas de seus eleitores. “O jogo de cumplicidade entre o cidadão e o vereador é o mais absoluto reflexo de nossa cultura política” (DANTAS; SILVA, 2018, p.141).

Têm-se que talvez, repita-se, talvez, isso justifique o fato de a pesquisa não ter encontrado resposta com esses 2 vereadores, como eles não vislumbraram um ganho, uma contrapartida na resposta de uma pesquisa, pode ser que, consideraram outras ações mais importantes, deixando de responder às solicitações do pesquisador. Um eleitor sem o conhecimento necessário poderia concordar com esse comportamento desses 2 vereadores, mas o que ocorreu na verdade, foi uma falha em atender à uma solicitação de um munícipe. Mas esse não será o foco do nosso trabalho, assim como, supor respostas não é o foco deste trabalho, e sim, analisar as respostas dos demais vereadores que atenderam às solicitações do pesquisador.

Apresenta-se então a análise dos dados levantados na pesquisa dirigida aos 9 vereadores que responderam à pesquisa. Para garantir a lisura das informações, no quesito fonte de consulta, consideraremos somente as respostas contidas no formulário de pesquisa respondida por esses 9 vereadores, denominando-os, grupo de vereadores que respondeu à pesquisa.

Considerando como instrumento de proteção à liberdade de expressão o contido no artigo 90 do regimento interno da Câmara Municipal de Itajubá.

Art. 90. O Vereador não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações. (REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 17)

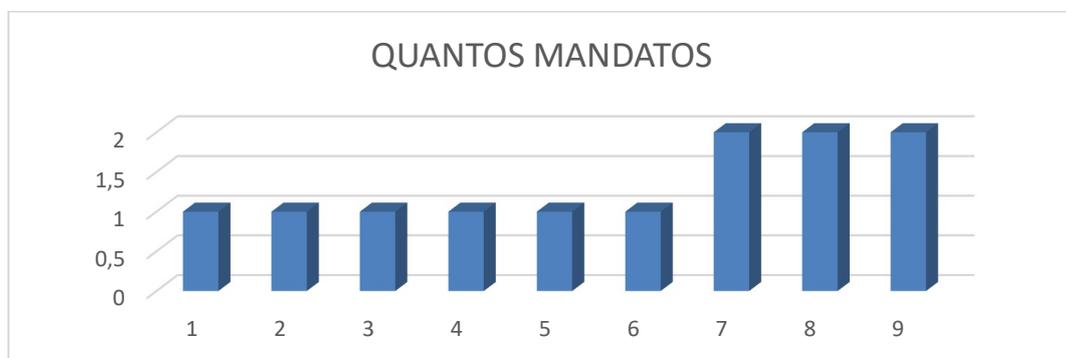
Quanto ao perfil do legislador municipal de Itajubá, foram planilhados alguns dados com o intuito de facilitar a visualização, são dados numéricos, seguem abaixo os gráficos que apresentam a faixa etária, bem como a quantidade de mandatos eletivos.

Gráfico 1 – Faixa etária dos vereadores.



Fonte: Própria (2021).

Gráfico 2 – Número de mandatos.



Fonte: Própria (2021).

Analisando com cuidado as respostas, é possível mencionar as motivações que trouxeram essas pessoas para a carreira política, vejamos. 3 vereadores foram motivados por ideologias e bandeiras pessoais e ou de um grupo de pessoas. Para outros 3 vereadores a motivação vem de um longo histórico de interesse político que permeou os anos escolares, bem como ambientes familiares e profissionais. E 3 vereadores entraram na política a convite de pessoas ou grupo de pessoas que viram, na popularidade, uma oportunidade de lograr êxito em pleito eleitoral, não que os demais não tenham se apoiado na popularidade, mas para esses três, este traço é determinante na motivação para a carreira na política, note-se que esses três últimos é que já foram reeleitos. Para fechar a análise de perfil, esse grupo de vereadores é todo composto por pessoas com escolaridade em nível superior, alguns com pós graduação e mestrado, são médicos, advogados, professores, administradores, representantes comerciais. Vale ressaltar que fica implícita nas respostas, a ideia de que ser vereador não é uma profissão, isso foi até citado literalmente por um dos vereadores desse grupo.

Quanto ao perfil do eleitorado municipal de Itajubá, sob a ótica dos vereadores do grupo que respondeu à pesquisa: Em grande parte, foi mencionado que os eleitores são uma gama

diversificada de pessoas, talvez concentrado em pequena quantidade em uma determinada faixa etária ou bairro e grupos de bairros, mas na maioria composto por diversos nichos e espalhados em diversos bairros, com exceção de três vereadores que cravaram o perfil como sendo: I “Cristãos. E pessoas com a ideologia conservadora.” II “Composto principalmente de eleitores acima de 60 anos.” III “A maioria são simpatizantes da proteção animal e ambiental.” e 1 vereador que apontou seu bairro de origem como sendo seu colégio eleitoral majoritário. Vale uma observação nesse ponto do trabalho, com relação a um vereador, que se trata de um mandato coletivo, há o vereador eleito e um grupo de pessoas que fazem, de forma não oficial do ponto de vista da legislação eleitoral, um mandato compartilhado, onde as decisões, posicionamentos, ações e até mesmo a remuneração são compartilhadas.

Quanto aos canais de comunicação com o eleitorado, do grupo de vereadores que respondeu a pesquisa, tivemos o seguinte retorno: 7 vereadores declararam que utilizam as redes sociais mais acessadas, Facebook e Instagram, para estabelecer um canal de comunicação com o eleitor tanto para acolher solicitações quanto para prestar contas dos trabalhos de legislação e fiscalização, além desses meios, 1 vereador declarou usar também o Twitter, 1 vereador declarou utilizar também o WhatsApp, telefone e email do gabinete, 1 vereador declarou também que “levamos nosso gabinete para os bairros a partir de um projeto de gabinete itinerante”. 1 vereador declarou possuir um conselho consultivo do mandato, mas não deu maiores detalhes. 1 vereador declarou: “Sempre fiz a opção pelo contato direto com o eleitor recebendo suas ideias e reivindicações”. Vale ressaltar que a Câmara Municipal de Itajubá possui contas nas redes sociais mais acessadas, note-se que o vereador declara o seu canal individual de comunicação e não menciona os canais da Câmara enquanto casa e ou local de diálogo com a população, afinal “a Câmara Municipal é o espaço político formal e plural mais próximo dos cidadãos.” (DANTAS; SILVA, 2018, p.15) isso não foi mencionado por nenhum dos vereadores que responderam à pesquisa.

Quanto ao conhecimento das funções da câmara municipal e dos vereadores, por parte do eleitorado, segundo a visão dos legisladores de Itajubá da legislatura 2021 a 2024, a pesquisa com o grupo de vereadores que responderam ao questionário, forneceu os seguintes dados. Faz-se necessário uma atenção especial a essas informações, que são o ponto central dessa pesquisa.

Questionados se os eleitores sabem qual é o papel, qual a função da Câmara de Vereadores dentro do município de Itajubá, segundo a visão dos vereadores as respostas fora as seguintes: 5 vereadores acreditam que sim, que a maioria dos eleitores sabe qual a função da câmara, ou que grande parte sabe sim, não apenas seus eleitores mas de um modo geral, e declaram que há necessidade de maior esclarecimento e que essa informação é passada nas

redes sociais, e em contatos pessoais são explicadas as limitações dos vereadores. 2 vereadores dizem que a maioria não sabe o papel do legislativo e que trabalham nos contatos pessoais para ensinar isso aos munícipes. 1 vereador acredita que a maioria dos eleitores sabe qual a função da câmara, mas que trabalham desde a campanha buscando disseminar essas informações. 1 vereador disse possuir um eleitorado esclarecido, mas que ainda há desconhecimento do papel do vereador relatando “Até hoje encontro pessoas na rua e elas me perguntam: Como está lá na Prefeitura?”.

Questionados sobre as maiores confusões, que os eleitores fazem sobre a função da Câmara de Vereadores dentro do município de Itajubá, segundo a visão dos vereadores as respostas fora as seguintes: 1 respondeu com muita propriedade que “Alguns acreditam que o vereador é um ‘mini prefeito’.” 1 citou Fake News como questões que confundem. 2 citaram que a maior confusão de papeis é que os eleitores cobram dos vereadores sobre a destinação de recursos ao invés da fiscalização da destinação dos recursos. 3 citaram que o eleitorado pede à eles a execução de obras das mais variadas. 1 teceu um importante comentário que vale a transcrição literal: “Historicamente, o vereador foi visto como assistencialista, busco orientar quem nos procura sobre qual é o nosso real papel como vereador. Um dos maiores pedidos que temos é quanto a ajuda em cesta básica, e questões muitas das vezes particulares, mas temos feito o papel de encaminhar estes pedidos para os órgãos competentes”. Já 1 outro lançou um alerta, que cabe maior investigação em outro momento: “A população espera do vereador que realize funções executivas e administrativas. Este é inclusive um problema que acaba atrapalhando, em meu ponto de vista, o próprio exercício das funções de um vereador, já que muitos parlamentares preferem negociar apoio da Prefeitura na execução de determinados serviços em troca do não exercício da função fiscalizatória do vereador.”

Diante de uma quase denúncia, vale-se do entendimento de que o Executivo possui certos privilégios institucionais, permitindo interferências na agenda do legislativo, no entanto mais que forçar interferências o executivo precisa de apoio para as aprovações desejadas, nessa complicada costura de apoio, fica evidente que os vereadores da base que apoiam o prefeito, não fazem isso de maneira incondicional, muitas vezes os vereadores não estão de acordo com o líder do partido ou do governo, quando há essas disseções partidárias na base do governo, cresce o risco da troca de favores, citadas pelo vereador, se instalar dentro da casa legislativa municipal (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2001).

Questionados se é possível traçar uma relação entre o nível de escolaridade, dos eleitores, com a percepção do papel da Câmara Municipal dentro do município de Itajubá,

segundo a visão dos vereadores as respostas fora as seguintes: Para a totalidade dos entrevistados, respondendo como colocações distintas, não se pode ligar maior nível de escolaridade a um maior entendimento sobre as funções do legislativo municipal, mas sim, há uma relação entre a participação ativa na vida política do município com o maior entendimento sobre as funções do vereador, o interesse pela política leva as pessoas a conhecer sobre a política municipal.

Quanto a ações, a nível municipal, que buscam dirimir as dúvidas e confusões, levando conhecimento e informação para os eleitores de Itajubá, e se essas ações geram resultados, sob a ótica dos vereadores do grupo que respondeu à pesquisa, temos as seguintes declarações: 3 vereadores relatam não ter conhecimento de ações nesse sentido e 1 citou ações, por assim dizer, sem planejamento ou intencionalidade e continuidade, enfim, observe-se esse desconhecimento por parte dos vereadores, visto que existe no município de Itajubá, desde 2013, a Escola do Legislativo, que é um órgão da Câmara Municipal de Itajubá que tem a finalidade de estimular o exercício da cidadania e a conscientização política, de estudantes e a capacitação de agentes políticos e servidores públicos. A Escola do Legislativo tem projetos como a Câmara Mirim, Parlamento Jovem, Escola Vai à Câmara e até cursos via Educação à Distância. O prédio onde funciona a Escola do Legislativo fica ao lado da Câmara Municipal, esta paga as eventuais despesas para a manutenção das atividades da Escola do Legislativo, isso posto, vemos que esse 4 vereadores não estão a par do orçamento e destinação dos recursos da Câmara Municipal, assim sendo, há de se preocupar com a fiscalização das contas do município. Poder-se-ia concluir que esses vereadores têm essa informação e não desejam tornar público, o que seria ainda mais grave e despertaria preocupações legítimas em eleitores que tenham conhecimento desses fatos.

Questionados se existem ações, a nível municipal, que buscam dirimir as dúvidas e confusões, levando conhecimento e informação para os eleitores de Itajubá, e se essas ações geram resultados, 5 vereadores citaram a existência e as ações da Escola do Legislativo. 1 citou o seu gabinete itinerante, que visita e instrui escolas e comunidades e o seu Programa Debates Jurídicos na Política Municipal que promove ações informativas sobre política em instituições de ensino superior, citou ainda o Politize! que é uma organização da sociedade civil que trabalha a educação política e possui embaixada em Itajubá. Outro citou também o seu projeto que é um gabinete itinerante. Quanto à efetividade dessas ações esses últimos 5 declararam que os resultados atingem um grupo muito limitado da população.

Questionados se há sugestões para mais ações de difusão de conhecimento sobre as funções da câmara municipal de Itajubá, sob a ótica dos vereadores do grupo que respondeu à

pesquisa, tem-se o seguinte resultado: 5 citaram a inclusão dessa temática na grade curricular regular das escolas, destes 5, 2 sugeriram ainda utilização de redes sociais para difundir esses conhecimentos. Outro sugeriu mídias como rádio e TV, folheteria e palestras sobre o assunto. Outro sugeriu que para um curto prazo o marketing digital colaboraria. Para outro, qualquer ação recorrente, organizada e programática de educação política tem papel fundamental na redução deste desconhecimento. Já outro trazendo a responsabilidade para o vereador, declarou que, se todos os representantes do Legislativo tivessem o mesmo propósito, de levar o esclarecimento e buscar um maior envolvimento da população com a política local, com a desburocratização de alguns procedimentos regimentais e tornando a Câmara um espaço mais receptivo e inclusivo, o que poderia ser feito ampliando o uso de ferramentas básicas de participação popular como audiências públicas e projetos de iniciativa popular, naturalmente as pessoas iriam se aproximar e, plenamente, exerceriam a cidadania. Esse vereador concluiu declarando pensar que, incentivar e possibilitar o exercício da cidadania também é função do vereador, e que é importante que o próprio representante público tenha ciência do seu papel. Este vereador ainda protestou sobre demonstrações de confusão/desinformação em relação à função do legislativo municipal, partindo dos próprios vereadores, e finalizou dizendo que, “como podemos querer que a população compreenda, se há pessoas que se candidatam e são eleitas e sequer sabem o seu papel como vereador.”

Quanto à possibilidade de discorrer sobre algo que não foi questionado, mas que o vereador considera importante com relação ao tema investigado, o grupo que respondeu à pesquisa, retornou com as seguintes questões pertinentes: 1 recomendou pesquisar a alta abstenção na eleição municipal e que seria importante uma campanha para mudar esse quadro, e 1 declarou que o maior desafio do poder legislativo é ter que legislar através de leis que não gerem custos para o município, e lutar pelo interesse do município sem adentrar na função poder executivo e a população entender isso, e que sem o poder legislativo, o poder executivo seria um poder autoritário.

Todos esses argumentos corroboram com o discurso da professora Ruth, coordenadora pedagógica da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ela defende que, mais do que estar ao lado das funções do legislativo, a função pedagógica é uma das ações esperadas do legislativo. A assunção dessa responsabilidade por parte das Câmaras Municipais é uma resposta à nova dinâmica do conhecimento, aos padrões de centralização e foco no Poder Executivo (CASTRO, 2006). Tem-se que cobrar da Câmara Municipal esse protagonismo em trazer os munícipes à luz do conhecimento, esse movimento levará os cidadãos à participação, esse diálogo é tanto mais possível quanto mais próximo o legislativo municipal estiver da

população, e se o vereador, que está no ponto mais próximo da população não o fizer, ninguém o fará.

5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E SUGESTÕES FUTURAS

Diante desses dados pode-se constatar, nos resultados dessa pesquisa, um quadro de quase analfabetismo político, onde as ações e pedidos do eleitorado apresentam a consciência de desconhecimento de conceitos políticos básicos, talvez haja também uma recusa, seja espontânea ou imposta, em aprender sobre política, afinal, para tanto, teríamos que superar uma dificuldade, de grande parte do eleitorado do município de Itajubá, de lidar com informações mais complexas. Fazer os munícipes compreenderem que esse desengajamento traz impactos negativos à política municipal, é parte do papel do vereador, tornar os cidadãos itajubenses, cidadãos adequados, no que concerne à participação na vida política municipal (HERON; MCMANUS, 2003).

Por fim, a percepção do eleitorado municipal sobre as funções da câmara municipal de Itajubá, sob a ótica dos vereadores eleitos em 2020, deu início à compreensão “aqui no quintal de casa”, de como é a relação do eleitor com o político local, e qual a compreensão que o eleitor tem do que cobrar e ou esperar do vereador que elegeu, foi evidenciado que o horizonte ainda não está claro, há um nevoeiro chamado desinformação. Chega-se ao fim esse trabalho com a seguinte afirmação, apenas arranhou-se a superfície do assunto, está gritante o desconhecimento, de grande parte da população com relação às funções da câmara municipal, essa pesquisa não encerra a temática, sugere-se uma investigação futura que, acompanhe os trabalhos da Escola do Legislativo do município de Itajubá, bem como as ações dos vereadores em levar educação política aos munícipes e, quem sabe em uma outra pesquisa mais detalhada, se possa mergulhar nos resultados desse investimento em informação.

6. CONCLUSÃO

Se conclui que, os eleitores de Itajubá, estão, sob a ótica dos vereadores eleitos pelo voto desses eleitores, longe de serem conscientes sobre as funções da câmara municipal, isto posto, poder-se-ia supor que esse desconhecimento se amplia para as funções do executivo municipal e por consequência para legislativo e executivos estaduais e federais. Como esperar que venha lá de Brasília - DF uma solução que vai brotar nos municípios, é muito mais inteligente saber

que a solução deve partir do município, fazendo nascer consciência política onde a vida acontece.

Seguindo-se o raciocínio, depreende-se que para combater o analfabetismo, o letramento, letramento político que Cosson define como “aprendizagem sobre e como nos fazer atuantes na vida pública por meio de conhecimento, habilidades e valores” (COSSON, 2008, p.193). Letramento político seria comparado ao processo não apenas de alfabetização, mas à interpretar a leitura dos cenários e ser possível trabalhar com esses dados, é um processo de assimilação, de incorporação de práticas, conhecimentos, valores e hábitos sociais correlacionados à vida política, esse processo nada mais é do que o aprimoramento da democracia, que iniciando no município, levaria a uma revolução na maneira de fazer política no Brasil. E o legislativo municipal não pode se abster dessa responsabilidade, justamente pela proximidade que tem da população e de suas necessidades.

Nessa luta para tornar popular os meios de participação política, as Câmaras municipais precisam se abrir, ficou claro nessa pesquisa que, a proximidade dos vereadores com os munícipes de Itajubá, entrelaça as ações de orientar e informar. As ações do vereador, todas as ações do vereador, trabalham para o bem ou para o mal no tocante a educação política, e isso deve permear as estratégias do Poder Legislativo nesse processo de rabotar a ponte que ligará as margens onde residem os vereadores com a que vivem os munícipes (RIBEIRO, 2012). O ato de transitar por essa ponte levará a educação política de cá para lá e de lá para cá.

Teve início a investigação do tema, se deixou aberto o trabalho, para pesquisas futuras, com o seguinte incitamento: Seria a saída para essa cegueira política voltarmos ao princípio, trabalhando a implantação de uma moderna Paidéia, trazendo educação política os munícipes desde sua primeira infância, passando pela juventude até chegar a idade adulta plenamente capaz de dialogar na *Ágora* (JEAGER, 1994) sobre os destinos das políticas públicas, primordialmente municipais, passando depois ao estadual e por fim ao nível da união. Mas isso é assunto para uma outra conversa. Fecha-se com a responsabilidade imposta por Santo Agostinho que diz sobre o tempo, o passado existe graças à minha memória no presente, assim como o futuro existe por conta da expectativa de que as coisas ocorrerão no presente, e o presente é a percepção imediata do que ocorre (AGOSTINHO, 1984), então cabe a cada vereador, pesquisador, estudante e professor desse curso de administração pública, munícipe da cidade de Itajubá, enfim, cabe a nós, olharmos para os erros do passado, aprender e não errar no presente e construir, no presente, a verdadeira política para que a política tenha futuro.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Editora Paulus, 1984.
- A ESCOLA. **Câmara municipal de Itajubá**, 2021. Disponível em: < <http://itajuba.cam.mg.gov.br/a-escola.php> >. Acesso em: 27 out. 2021.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª Edição ampliada, MAKRON Editora, São Paulo, 2000. (001.8 B277f - BSCED e C.A)
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 14 jun. 2020.
- CASTRO, R. **A função pedagógica do Parlamento: a reinvenção da Paidéia para a reconstrução da Ágora**. Florianópolis: Abel, 2006.
- CHESTERTON, G. K. **São Francisco de Assis e São Tomás de Aquino**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- COSSON, R. **Escolas do legislativo, escolas de democracia** / Rildo Cosson. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- COUTO, A. A. **Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados: participação da sociedade civil organizada na elaboração das leis orçamentárias anuais de 2002 a 2006**. 2007. 69 f. Monografia (Conclusão do curso) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2007. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2021.
- DANTAS, H.; SILVA, B. S. **Poder legislativo municipal : entender de política começa aqui**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2018.
- DANTAS, H. **De olho no legislativo: Um método para acompanhar mandatos parlamentares**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer 2013.
- HERON, E.; MCMANUS, M. **Literacia Política e Ensino de Políticas Sociais. Um estudo sobre a consciência política e os vocabulários políticos de alunos de graduação do primeiro ano**. Social Policy and Society, 2, p. 23-32, 2003.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itajuba.html?>. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- ITAJUBÁ. **Lei orgânica, de 22 de dezembro de 2016**. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itajubá, nos termos do inciso III do art. 34 da Lei Orgânica do Município de Itajubá, promulga esta Emenda ao texto da Lei Orgânica. Itajubá: Câmara Municipal, 2016.
- ITAJUBÁ. **Câmara Municipal de Itajubá. Regimento Interno, estabelecido pela Resolução n. 979, de 22 de dezembro**. Câmara Municipal, [2016].
- JAEGER, W. W. **Paidéia: a formação do homem grego** – 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KERSTING, W. **Democracia e educação política**. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz. *Direito e legitimidade*. São Paulo: Landy Editora, 2003.

LIMA, E. M.; EMEDIATO, R. G. **A participação popular no processo legislativo**. Meritum: revista de Direito da Universidade FUMEC, v. 9, n. 1, p. 163-201, 2014. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2494>. Acesso em: 27 out. 2021.

PACHECO, L. B. **Como se fazem as Leis**. [recurso eletrônico]. 2013.- 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados.

PEDRA, A. S. **Participação popular no processo legislativo**. A&C: Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 7, n. 27, p. 109-120, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/viewFile/418/446>> . Acesso em: 27 out. 2021.

POLITIZE, **organização da sociedade civil que tem a missão de formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia**, disponível em: <<https://www.politize.com.br/>>. Acessado em 27 out. 2021.

RIBEIRO, G. W. **Funcionamento do poder legislativo municipal**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. **Introdução: para ampliar o cânone democrático. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2002.

TSE, **Divulgação de Candidatos e Contas Eleitorais**, disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/46477/candidatos>> . Acessado em 27 out. 2021.

VOGEL, L. H. **Atualização de estudos sobre “participação popular nas decisões legislativas”**. Consultoria. Brasília: Câmara dos deputados, 2006. 17p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/documentos/relatorios-de-atividades/participacaoPopularDecisoesLegislativo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2021.

APÊNDICE A - Questionário para coleta de dados: questionário semiestruturado, por conveniência, aplicado entre os dias 27/09/2021 à 12/11/2021

Exmo. Sr.(a) vereador(a)

Este formulário tem, como único objetivo, a coleta de informações para compor a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Administração Pública da UFLA, Universidade Federal de Lavras, do aluno Erasmo Fernando do Couto.

Tema do TCC: QUAL A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO MUNICIPAL SOBRE AS FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, SOB A ÓTICA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2020.

Os dados aqui coletados não serão em hipótese alguma utilizados para qualquer outro fim além dos mencionados no parágrafo anterior. Os nomes dos vereadores(as) serão suprimidos do TCC, pois os dados se prestam para fins de pesquisa cuja menção dos entrevistados poderia macular os resultados almejados. No questionário é solicitado a inserção dos nomes apenas para controle de quais vereadores(as) responderam. Conto com sua colaboração efetiva para gerarmos, juntos, resultados que poderão, eventualmente, nortear políticas públicas inerentes ao tema.

1ª – Questão: Qual o nome completo e a idade de Vossa Excelência?

2ª – Questão: Como foi a trajetória de Vossa Excelência para chegar ao cargo eletivo atual?

3ª – Questão: Vossa Excelência se reelegeu na última eleição municipal? Se sim, por quantos mandatos consecutivos? Caso tenha sido eleito anteriormente em mandatos não consecutivos, favor mencionar. Caso seja o primeiro mandato favor mencionar.

4ª – Questão: Qual a escolaridade e a profissão de Vossa Excelência?

5ª – Questão: Quem são os seus eleitores, como é o perfil dos seus eleitores, como é o grupo que forma a base de seus eleitores? Discorra.

6ª – Questão: Os seus eleitores residem, em sua maioria, em quais bairros urbanos e/ou rurais? Existe uma concentração em determinadas localidades e/ou bairros ou há uma distribuição mais homogênea? Discorra.

7ª – Questão: Existe um canal ou canais de comunicação diretos e efetivos de troca de informações e/ou solicitações entre seu eleitorado e Vossa Excelência? Comente.

8ª – Questão: Os eleitores de Vossa Excelência, em sua maioria, sabem qual é o papel, qual a função da Câmara de Vereadores dentro do município de Itajubá? Discorra.

9ª – Questão: Ainda com relação à base eleitoral de Vossa Excelência. Quais são as

confusões ou desinformações mais recorrentes quanto ao que acreditam ser e o que realmente é papel da Câmara Municipal? Discorra.

10^a – Questão: Ainda com relação a base eleitoral de Vossa Excelência. Pode-se traçar uma relação entre o nível de escolaridade e a percepção do papel da Câmara Municipal? Comente.

11^a – Questão: Vossa Excelência tem conhecimento de ações, no âmbito municipal, que buscam reduzir o desconhecimento da população com relação a função da Câmara Municipal de Itajubá? Comente.

12^a - Questão: Essas ações, que buscam reduzir o desconhecimento da população com relação a função da Câmara Municipal de Itajubá, caso existam, tem alcançado uma faixa significativa da população? Essas ações têm gerado resultado? Discorra.

13^a – Questão: Vossa Excelência indicaria alguma outra ação, que contribuiria para reduzir o desconhecimento da população com relação a função da Câmara Municipal de Itajubá? Discorra.

14^a – Questão: Discorra sobre algo que não foi mencionado acima, mas que Vossa Excelência considera importante com relação ao tema do meu TCC.